



Os primeiros mil dias: a reforma da Folha de São Paulo de 1975 a 1977¹

Victor Gentili²

RESUMO

Análise da primeira reforma da Folha de S. Paulo comandada por Claudio Abramo, entre 1975 e 1977. Apresenta a situação anterior à reforma, analisa os elementos que estimularam a deflagração das mudanças e procura entendê-las no contexto da “distensão lenta, segura e gradual” patrocinada pelo governo Geisel. As eleições de 1974 apontaram para uma opinião pública de oposição e evidenciaram a iminência de surgimento de vozes da sociedade civil. O candidato Silvio Frota, representante da “linha dura” produz uma grave inflexão na reforma em setembro de 1977. Menos de um mês depois, Geisel demite o ministro do Exército e altera a conjuntura. Mas a Folha não retorna à sua situação anterior embora estivesse na iminência de tornar-se o “intelectual coletivo” da transição brasileira, a exemplo El Pais na Espanha.

PALAVRAS-CHAVE: Folha de São Paulo; anos 1970; Jornalismo Brasileiro; reformas em jornais

Introdução

Nos primeiros anos da década de 1970, a Folha de São Paulo era o jornal mais vendido no estado de São Paulo. Mas não tinha nenhuma influência política, não repercutia em Brasília, era anódino e inexpressivo. Enfim, não tinha importância alguma. Já desde a década de 1950, O Estado de São Paulo era considerado um dos mais importantes jornais do mundo, ao lado do New York Times, The Times, entre outros. Não apenas era um forte jornal de referência em São Paulo e no Brasil, como também, um dos poucos que recusava o comportamento complacente³ da maioria dos jornais em todo o Brasil. Como muitas vezes, os casos de jornais de ousaram enfrentar a censura imposta pelo regime militar em particular depois do AI-5 e nos primeiros anos da década de 1970, contam com uma divulgação mais “interessante”, muitos deixam de observar que a censura era feita por bilhetinhos e ordens que vinham “de ordem superior” e eram obedientemente acatados pela grande maioria dos jornais.

A Folha de São Paulo estava entre esta grande maioria. Sem expressão, tampouco força política, seguia uma obediência cega aos censores do regime militar. A rigor, os bilhetinhos eram até dispensáveis, dada a identidade do jornal com os generais ditadores de plantão. Já era um dos jornais de maior tiragem e circulação em São Paulo, graças ao forte esquema de distribuição que

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² . Professor-adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo vgentili@uol.com.br

³ O termo “complacente” foi usado pela primeira vez por Bernardo Kucinski e tem o sentido claro de submissão aos detentores do poder político e/ou econômico.



fazia com que o jornal chegasse nas mais longínquas cidades de São Paulo antes do meio dia. E principalmente: muito antes do “concorrente” O Estado de São Paulo, que em boa parte das cidades, sequer chegava. As aspas na expressão “concorrente” são fundamentais. O Estado de São Paulo era, junto com o Jornal do Brasil os dois jornais com condições de ousar enfrentar a censura em algumas circunstâncias. Não eram censurados por bilhetinhos, mas por censores nas redações. No Rio de Janeiro, o Jornal do Brasil ainda contava com alguma concorrência de outros jornais, boa parte deles em fim de linha, mas respeitáveis, como o Correio da Manhã, a Tribuna da Imprensa, o Diário Carioca, entre outros.

Neste início da década de 1970, a empresa Folha da Manhã que editava a Folha de São Paulo e outros jornais (como veremos) já era uma empresa sólida financeiramente. No início da década de 1970 ainda refletia bastante a visão de seu antigo proprietário, Nabantino Ramos, que, chegou a lançar um Dicionário Enciclopédico, sistematizando sua experiência profissional e suas “fichas” numa obra de referência de mais de 300 páginas (Nabantino Ramos, 1970). O matutino contava com alguns jornalistas como Ruy Lopes, em Brasília, que escrevia uma coluna diária. Mas a coluna sequer tinha página fixa para ser publicada. Newton Carlos, um especialista bem informado em política internacional. O diretor de redação era José Reis, um jornalista especializado em ciência que mantinha uma coluna sobre as novidades científicas aos domingos. Foi fundador e primeiro secretário-geral da SBPC⁴. José Reis foi o pioneiro do jornalismo científico do Brasil – não à toa o Prêmio de Jornalismo que o CNPq patrocina tem o seu nome.

O jornal contava ainda com Emir de Macedo Nogueira, que auxiliava na secretaria de redação e escrevia uma coluna dominical chamada A Língua nossa de cada dia, em boa medida antecessora dos atuais *best sellers* como Pasquale Cipro Neto e outros. Emir Nogueira viria a se notabilizar durante a greve dos jornalistas de São Paulo de 1979. Em todas as assembleias sempre participava pedindo a palavra e fazendo propostas, ponderava questões importantes. Invariavelmente, suas propostas e do grupo a qual estava ligado eram derrotadas nas emotivas votações realizadas nas madrugadas, na Igreja da Consolação em São Paulo. A greve foi, não apenas, uma grande derrota, mas uniu o patronato e abriu espaço para as mudanças que viriam a seguir. Na sucessão de David de Moraes, presidente do Sindicato, Emir Nogueira encabeçou a chapa de oposição, que teve uma significativa vitória, ao menos mostrando que os jornalistas chegaram a reavaliar o movimento. Ainda no início do mandato, Emir adoeceu vindo a falecer meses mais tarde. Foi substituído pela jovem Lu Fernandes.

⁴ Ver em <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoseReis.html> acesso em 20 de janeiro de 2009



O produto, visto por quem os sistematizou

Grosso modo, a Folha de São Paulo, nos primeiros anos da década de 1970, pode ser vista como uma síntese do verbete *JORNAL IDEAL*, publicada nas páginas 148 a 150 de seu *Jornalismo: Dicionário Enciclopédico*. O primeiro item parece escrito pelo próprio Nabantino: “Não tem sido fácil, efetivamente, fazer jornais inatacáveis, pois frequentemente oscilam entre a pobreza de textos e a prolixidade, a pusilanimidade e a arrogância, a desonestidade e o facciosismo. Muito poucos tem podido escapar a estes extremos”.

A definição pode surpreender por uma aparência de antiguidade, mas o conflito Lacerda x Wainer ainda era marcante. No segundo item, citando o prof. Basileu Garcia, afirma que “o jornal da minha divagação inspiraria confiança no seu noticiário, abundante e variado, mas conciso, rápido, sem excessos nos conceitos. Os seus editoriais seriam numerosos e breves... .., de modo a poderem ser lidos sem cansaço”.

Ainda citando Basileu Garcia, este item dois do verbete refere-se a um noticiário policial mínimo, sem notícias de suicídios, as apreciações políticas evitariam a crítica sistemática procurando ver sempre... .. o lado bom das coisas. O professor ainda defende o que chama de censura cabível – certamente referindo-se ao controle dos dirigentes do jornal sobre o produto e conclui: “O jornal teria o código de ética, transmitido ao conhecimento de todos os que nele labutassem. Eventuais infrações seriam severamente reprimidas pois a justiça começa em casa.

Um pequeno aparte: Aqui, estou, de certo modo, “forçando a barra”, mas ao aceitar o regime e suas exigências censórias e proibitivas, a Folha não estaria “vendo o lado bom das coisas”? Ao destacar o “milagre brasileiro” com críticas pontuais e sem contestação não estaria igualmente “vendo o lado bom das coisas”? Em trabalho recente, Luiz Martins discute o que chama de *Jornalismo da boa notícia*. Trata-se de algo completamente diferente, dado que nos anos 1970 vivíamos uma ditadura, o que não ocorre agora.

Retornando ao verbete *JORNAL IDEAL*. Num terceiro item, o desembargador Percival de Oliveira oferece sua definição: “Seria um jornal noticioso, sóbrio, bem redigido, sereno e imparcial”. No verbete, o desembargador desenvolve o que entende como cada um dos conceitos apresentados. Por fim, de certo modo uma surpresa, Nabantino em seu *Dicionário* cita Rui Mesquita, um dos dirigentes de *O Estado de São Paulo*:

“Um jornal está para um boletim de informações assim como uma obra de arte, uma pintura, está para a fotografia. A função do jornal não é apenas a de noticiar, mas é a de fecundar a



inteligência e acionar a consciência. Um verdadeiro jornal tem alma e pensamento próprios que persistem além do tempo de vida de seus diretores. Deve informar com a objetividade e com a fidelidade possíveis, mas deve, ao mesmo tempo, opinar e criticar com a coragem e a honestidade possíveis”.

O autor do Dicionário pinçou esta definição na pág. 14 de O Estado de São Paulo de 13/9/1969.

A organização, breve apresentação

Os demais jornais da casa moviam-se para onde moviam os ventos políticos. O que significa que, se mesmo complacente, o Folhão ainda tentava manter uma compostura, isso não ocorria com os outros diários da casa. Caso exemplar o da Folha da Tarde - que até o final de 1968 era comandado por Frei Betto E Antônio Marcos Pimenta Neves - que fez uma boa cobertura dos movimentos estudantis naquele ano. Depois do AI-5, a partir de 1969, o jornal passou a ser quase um órgão oficial da “tigrada”, para usar uma expressão de Elio Gaspari. Antônio Aggio Jr., que dirigia o jornal o fazia com uma arma em cima da mesa de trabalho. Um dado curioso que merece uma maior reflexão é que, mesmo nos melhores anos da Folha de São Paulo, - estes primeiros Mil Dias a que nos propomos analisar - a Folha da Tarde continuava mantendo seu padrão indigno de jornalismo. Para efeitos da nossa pesquisa é um caso claro de dissonância entre produto e organização, com efeitos evidentes nos produtos. Nesta mesma década de 1970, a empresa Folha da Manhã editava sete jornais diferentes: o Folhão, a Folha da Tarde, a Última Hora comprada de Samuel Wainer pouco depois do golpe de 1964, o Notícias Populares adquirida de Herbert Levy, A Gazeta e A Gazeta Esportiva, estes dois últimos da Fundação Cásper Líbero. O sétimo era A Cidade de Santos, jornal vendido na cidade onde Carlos Caldeira Filho, sócio de Octávio Frias de Oliveira nasceu e ainda preservava interesses.

De “concorrente” a concorrente

Embora conservador, o Estado de São Paulo portou-se de maneira sóbria e digna durante os “anos de chumbo”: em vários momentos, o jornal recusava as ordens telefônicas e os bilhetinhos que definiam o que não podia ser publicado. A grande maioria dos jornais brasileiros acatou os bilhetinhos e os telefonemas sem questionamentos. Intuíam o sentido da expressão “De ordens superiores” que abriam os bilhetinhos apócrifos e os telefonemas. Reagiu na véspera da edição do AI-5, com um editorial que hoje faz parte da história do Brasil chamada “Instituições em frangalhos”. A edição foi apreendida.



Em São Paulo, O Estado de São Paulo tinha como companhia apenas seu filhote *Jornal da Tarde*, um vespertino que a empresa lançara em 1966 sob o comando de Mino Carta e que tentou produzir um jornal com o mesmo nível de credibilidade de seu irmão mais velho, mas com diagramação e texto mais leves⁵. Um leitor que desejasse informações de qualidade e alguma opinião bem escrita tinha, em São Paulo, apenas a opção entre os dois diários da família Mesquita. Eram conservadores e oligárquicos. Mas eram jornais que tinham a coragem de enfrentar a censura e publicar receitas e poemas no lugar das notícias censuradas. A ditadura não queria que os jornais informassem aos seus leitores que estavam sofrendo censura. Com esta alternativa das receitas e dos poemas – em geral eram *Os Lusíadas*, de Camões – o leitor sabia da censura. No ano passado, para lembrar os 40 anos do AI-5, O Estado publica um livro com uma reportagem de José Maria Mayrink (Mayrink, 2008), em capa dura, papel couchê mostrando a luta do jornal – ao lado de seu irmão caçula, o *Jornal da Tarde*, nascido em 1966, como mais uma cria de Mino Carta.

Como jornal de referência, o Estado de São Paulo não tinha concorrente em São Paulo, situação diferente daquela do Rio de Janeiro. Num primeiro ensaio de interpretação, tal fato decorreria da circunstância de o Rio de Janeiro ser a capital da República nos anos de 1940 e 1950. Um olhar desatento, as mudanças que se dariam nos anos 1970 consolidariam esta interpretação. Penso, no entanto, que ainda precisamos nos deter na realidade do sistema midiático brasileiro – como ele se configurou a partir dos anos 1980 - e do Brasil das décadas de 1950, 1960 e 1970 para um estudo capaz de explicar de forma mais circunstanciada tal fenômeno.⁶ Esta fora dos objetivos deste estudo, no momento. De todo modo, forçoso esclarecer que trata-se de um estudo que deve incluir não apenas os jornais diários, como as revistas e as emissoras de rádio e TV.

Prenúncios da reforma

Mario Sérgio Conti sintetiza da melhor forma as circunstâncias e os motivos que levaram o jornal a iniciar “as suas mudanças decisivas”:

As mudanças decisivas na Folha tiveram início em 1974, quando fatores políticos, históricos, econômicos e pessoais se combinaram (grifo meu). No início do ano, o general Golbery do Couto e Silva, então articulando a formação do governo Ernesto Geisel que tomaria posse em março, convidou Frias para uma encontro no largo da Misericórdia, no Rio de Janeiro. Frias Filho também iria à reunião mas esqueceu a carteira de identidade e não pode embarcar. Golbery expôs ao dono da Folha seu plano de distensão lenta, segura e gradual do

⁵ O **JORNAL DA TARDE** é um vespertino que merece um estudo mais aprofundado. Infelizmente, tal estudo não faz parte do escopo deste trabalho.

⁶ Na tese de doutorado que defendi em março de 2003, na ECA-USP, orientado por Bernardo Kucinski, aponto alguns indícios e tento oferecer algumas balizas para se entender melhor o sistema midiático brasileiro. O título da tese é *Sistema Midiático e Crise do Jornalismo de 1950 a 1980*.



regime Deu a entender, também, que o novo governo veria com bons olhos a existência de um outro jornal paulista de prestígio, além de O Estado. (Conti, 1999, pgs. 316 e 317)

Mario Conti observa ainda que Golbery não foi além disso. Não ofereceu créditos em bancos oficiais ou anúncios de estatais. O problema era outro:

“ O Estado era uma voz forte na cena política. A Folha, pouco mais que um sussurro. O jornal dos Mesquita estava no centro do poder. O de Frias e Caldeira na periferia.” (Conti, 1999, pg. 317).”

Frias Filho relata este episódio de forma muito semelhante:

“Nessa conversa com meu pai, Golbery delineou os rumos que eles pretendiam impor ao novo governo, falou da necessidade de uma descompressão política, enfim, expôs todo aquele ideário que se tornou bastante conhecido depois. Inclusive, chegou a mencionar para meu pai... que não era conveniente que houvesse em São Paulo um só jornal forte em termos de peso na opinião pública, que era de interesse do governo que houvesse dois jornais.”(Abreu, 2003, pgs 354 e 355).

Mario Sergio Conti que relatara o encontro do general Golbery com o velho Frias no largo da Misericórdia, no Rio de Janeiro, observa que a definição mesmo da mudança ocorre nos Estados Unidos, alguns meses depois, embora Conti não defina especificamente a data dos episódios. Num primeiro momento, Claudio Abramo é convidado a participar de um encontro em Stanford, na Califórnia e sugere a Octávio Frias levar o filho. Alberto Dines também participa deste encontro de Stanford. Alberto Dines relata como eles viam a Folha. Um relato de uma conversa entre Abramo e Dines é fundamental para se compreender o tamanho do desafio:

Dines, a Folha de S. Paulo é uma merda de jornal, você sabe” Eu disse: “Sei”; Era um jornal que não se lia, era ilegível. Primeiro era um jornal que nunca teve censura, era um jornal do establishment militar. E malfeito. Eu me lembro que eu lia todos os jornais mas nunca abri a Folha. O Claudio disse: “Acredite ou não, o Frias quer que eu faça uma transformação no jornal. E eu queria que você, quando voltasse, se voltar, constituísse esse grupo que vai fazer a renovação.”(Abreu, 2003, pgs 117)

Claudio Abramo relata o mesmo episódio:

Em 1974 eu estava encostado na Folha. Fui convidado para um seminário na Universidade de Stanford, juntamente com Carlos Chagas, Alberto Dines e João Calmon. Convenci Otavio Frias Filho a ir comigo, pois seria bom para ele. No aeroporto, antes de partir, pedi ao Frias pai que, como um favor pessoal a mim, convidasse Dines para trabalhar na Folha pois ele tinha sido demitido do Jornal do Brasil. (abramo, 1988, pg. 87)



Nem na conversa com Golbery, tampouco no seminário em Stanford houve de fato a decisão de implantar de fato a reforma na Folha. Esta decisão teria sido tomada em um encontro em Nova York, ocasião em que Claudio Abramo, Octávio Frias de Oliveira e Otávio Frias Filho realizam uma reunião onde avaliaram as novas condições políticas do Brasil e entenderam que a Folha de São Paulo, baseada numa empresa sólida e capitalizada poderia mexer-se e mudar em direção a um jornalismo mais opinativo, mais engajado, mais plural. Claudio Abramo fora contratado por Octávio Frias de Oliveira para trabalhar na Folha de São Paulo dez anos antes. Abramo, porém, foi recusado pela redação. Durante um período, sequer era aceito na redação do jornal. Tinha um escritório na Transaco (outra empresa de Octávio Frias de Oliveira), de onde fazia uma crítica diária do jornal. Mais tarde, entra no jornal como diretor de produção. Mas fica até 1972, período em que viajou muito. Retorna em 1974, pra viver esses episódios. Era marxista da linha trotskista, mas como jornalista e profissional tinha uma enorme clareza sobre os destinos do jornal. Idiossincrático, explosivo e sempre trabalhando com um grupo de profissionais de confiança ao lado, Abramo alcançava a direção de redação do jornal depois de dez anos na casa.

Quando a Folha completou 60 anos, em 1981, isto é, já depois desses episódios aqui narrados, encomendou a dois historiadores um livro que narrasse a história do jornal. Com 416 páginas, e bastante iconografia, a participação de Claudio Abramo no jornal é limitada a dois parágrafos mínimos de sete linhas no total. (Mota e Capelatto, 1981, pg. 206).

Mas o que determinou de fato a decisão de implementar as mudanças na Folha foi o chamado “Encontro de Nova York”. Mario Sérgio Conti faz um relato breve sobre ele na página 319 do seu livro. Claudio Abramo relata com alguns detalhes:

O golpe (de 1964) estava esgotado. – mas em estado de sobrevida que duraria mais dez anos – o que ficou claro quando o general Geisel iniciou o processo de abertura e reduziu a força dos militares. O jornal também precisava mudar. Na volta de Stanford levei Otavinho para se encontrar com o pai em Nova York, Otavinho conseguiu então que o velho Frias conversasse comigo. Falamos durante horas no hotel, quando expus a ele o que achava que deveria ser feito. Ele estava pensando da mesma forma – é uma das pessoas mais inteligentes que conheci na vida. A esse episódio, Carlos Castello Branco chamou de “o encontro de Nova York” é fantástico que na história que escreveram sobre a Folha, não se mencione esse encontro. No livro há uma foto minha, mas não se diz o que fiz no jornal. Quem lê não entende. Parece que eu apenas visitava a redação (Abramo, 1989, pg S 87 E 88).

A biografia que Engel Paschoal produziu do velho Octavio Frias de Oliveira conta a história do “encontro de Nova York” na voz do jornalista Pedro Del Picchia:

O Frias acabou indo para os Estados Unidos também e lá eles tiveram o que entrou para a história como o “encontro de Nova York”. em que os três conversaram muito sobre o que

seria o Brasil dali para a frente. E o Frias de novo teve a sensibilidade de perceber que se abria uma oportunidade não só de ter uma ação política importante para o jornal – talvez esse não fosse motivo suficiente para ele -, mas que essa ação política importante significaria uma ampliação de mercado para a Folha em cima da prática de um novo tipo de jornalismo. De um jornalismo que apostasse na redemocratização. Eu acho que foi isso que foi conversado lá” (Paschoal, 2007,pg. 146).

Claudio Abramo sintetiza:

Frias decidiu mudar a Folha por razões de competição de mercado. O Estadão podia ficar na oposição sem perder prestígio, pois era e sempre foi do establishment; sobre o Estado, nunca pesou uma ameaça real. A Folha podia obedecer integralmente à censura mas não era de confiança. Ao contrário de hoje,⁷ não fazia parte do poder. Frias percebeu que seu jornal só poderia prosperar num regime democrático, e por isso adotou a linha combativa” (Abramo, 1988, pg. 88).

Diante desses fatos, podemos concluir que, no final das contas, ao menos neste caso, a História mostrou que, de certo modo, o projeto preconizado pelo general Golbery não apenas daria certo, como se consolidaria pelas décadas seguintes. Isso significa que, embora estes primeiros Mil Dias na Folha de S. Paulo tenham fortes distinções em relação aos Mil Dias dos anos 1980, em particular nos seus aspectos editoriais e nos modos da redação trabalhar. Mas foi a mesma História, que poria um forte freio neste reforma em 1977. Com a greve dos jornalistas de 1979 e a criação da ANJ, a realidade se torna outra. No livro Mil Dias, que relata em detalhes a segunda reforma da Folha, Mino Carta escreve um Posfácio esclarecedor. Não é à toa que na reedição de 2005, pela Publifolha, tal texto ficasse de fora. Não chega a ser um texto premonitório, pois escrito já no final da década de 1980, mas levanta questões novas e fundamentais para a compreensão das relações e dos conflitos decorrentes dos primeiros e dos segundos Mil Dias.

As mudanças no produto

No início de 1975, Claudio Abramo é preso pelo DOI- Codi. É depois de sua soltura, já em 1975, portanto, se dá início à reforma do jornal. A primeira mudança de impacto foi a criação da página 2. Até então, como lembra Alberto Dines, os jornais não tinham opinião. Esta se limitava-se aos editoriais que eram a expressão da vontade dos seus proprietários. Na página 2 da Folha, em boa medida, com o mesmo desenho até hoje, o canto esquerdo é destinado aos editoriais do jornal. No centro, uma charge ao alto e em seguida colunas de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Ruy Lopes, velho colunista da Folha de São Paulo, que dirigia a sucursal de Brasília, mas cujos artigos saíam cada dia em uma página do jornal, passa a contar com um espaço definidos para seus textos oriundos de Brasília. Assinava R.L. Alberto Dines foi chamado para comandar a sucursal do Rio de

⁷ O depoimento é de 1988 ou anterior.



Janeiro e produzir uma coluna diária. Esta coluna ficaria abaixo daquela de R.L. e era assinado por A.D. por fim, o jornal chama o veterano Samuel Wainer para produzir a coluna de São Paulo. Assinava S.W. No lado direito desta página 2 restava uma coluna de alto a baixo. Políticos e intelectuais de várias faixas do espectro político foram chamados para produzir textos. A maioria dos autores escrevia quinzenalmente.

Se a Folha do período Nabantino expressava, de alguma forma uma visão de qualidade jornalística, que, embora agradasse seus profissionais e seus leitores, não tinha qualquer influência em Brasília, A nova Folha que emerge em 1975 traz um novo padrão de qualidade onde a ênfase na opinião e numa politização “forte”, dado que o desejo de uma democratização efetiva da sociedade interessava a todos, com poucas exceções dentre elas os condutores da “distensão lenta segura e gradual” – que não pretendia uma efetiva democratização, apenas uma descompressão política e dos “linha dura” do regime.

Até então, os jornais que tinham página de opinião expressavam apenas as opiniões dos seus dirigentes e proprietários, em editoriais. Publicar opiniões divergentes, nenhum jornal brasileiro fazia isso (Abreu, 2003, pgs 120 e 121). Foi uma revolução. Além disso, o jornal dá início à primeira atividade regular e sistemática de crítica de mídia, com a coluna Jornal dos Jornais, publicada em duas colunas de alto a baixo, na página 6 das edições de domingo. Quando Alberto Dines propusera a coluna a Frias, sugeriu que ela fosse publicada com discricção no segundo caderno das segundas feiras. A proposta vinha da experiência vivida por Dines nos Estados Unidos onde o episódio Watergate, que resultou na renúncia do presidente Nixon, provocou um grande debate sobre o papel da imprensa. Alguns jornais nos EUA criaram a figura do ombudsman. A coluna Jornal dos Jornais, foi mantida até 1977, como se verá, mas quando a Folha institui o ombudsman, em 1989, sua coluna dominical seria publicada exatamente nas mesmas páginas 6 das edições de domingo. Mera coincidência?

Embora muitos afirmem que o surgimento da página 3 teria vindo pouco depois, tal não se deu. Foi somente em 1976. que surge a página 3, com o nome Tendências/Debates, onde intelectuais de todos os espectros da política manifestavam-se. A página 3, embora muito citada, por estudiosos e analistas, não foi tão importante quanto a 2, esta sim, a novidade e a deflagradora da reforma dos primeiros Mil Dias. Até porque, embora fosse uma novidade no Brasil, em especial num Brasil que vivia uma ditadura, vários jornais do mundo já tinham a receita da página conhecida



como *op/ed* (página oposta à dos editoriais), com artigos de intelectuais renomados.⁸ Não era uma novidade em jornais.

A *intelligentsia* paulista, que – até então - lia com certo desconforto O Estado de São Paulo, mas via com satisfação que o jornal tinha “estatura e coragem política” para resistir à censura e fazer um esforço para enfrentá-la ou ao menos denunciá-la foi migrando para a Folha de São Paulo. Até porque, em 1975, o Estado de São Paulo sai do velho prédio da rua Major Quedinho (de onde, segundo Cláudio Abramo, nunca deveria ter saído) tem a censura prévia retirada e passa a ser produzido na marginal do Tietê. A mudança para a marginal não foi simples para o Estado de São Paulo. Como também mudava o sistema de composição (das linotipos para as composições a frio) e de impressão, passando para o off-set, houve um momento em que jornalistas enfrentavam conflitos com engenheiros. Este foi um elemento surpreendente e que produziu certa insegurança nos jornalistas. Sempre comandados e chefiados por colegas de redação, estranhavam muito a presença de engenheiros dando palpites no jornal.

De 1975 a 1977, o jornal da Barão de Limeira operava numa empresa sólida financeiramente, com uma estrutura de distribuição que superava em muito seu concorrente (já sem aspas) e uma gráfica moderna. Octávio Frias de Oliveira foi um dos primeiros empresários de jornal do mundo (grifos meus) a substituir as velhas linotipos por sistemas de composição a frio e as lentas e tradicionais rotativas por máquinas off-set bastante modernas para a época.(Mota e Capelato, 1981, pgs 200 e 201)

Embora o general Médici fosse um “linha dura” ostensivo, seu governo não promoveu nenhuma cassação de mandatos nem enfrentou uma turbulência maior. Médici combatia a oposição armada que não tinha o apoio da população e surfava no “milagre brasileiro” As torturas ficavam “no porão”, sem acesso à sociedade. O noticiário político era quase morto e o que sobrevivia era interdito pela censura oficial.

Em conjuntura radicalmente diferente, o governo Geisel, conhecido como um castelista - promoveu diversas cassações de mandatos, teve de enfrentar no início de seu governo a surpreendente vitória do MDB, fechou o Congresso editou o que veio a ser chamado de pacote de abril⁹, criou o senador biônico. No governo Geisel, os oposicionistas não mais morriam atropelados,

⁸ Vale observar que hoje, praticamente todos os jornais brasileiros de alguma expressão, mesmo que de capitais menores contam com a página de opinião e ao lado a *op/ed*.

⁹ Aliás, a expressão pacote para expressar a edição, por parte do governo, de um conjunto de medidas simultâneas surge com o pacote de abril e é incorporada ao repertório da política, da economia e da vida brasileiras.



em tiroteios, após fugas. Simplesmente desapareciam, como desapareceu praticamente boa parte do comitê central do PCB e tantos outros.

Essa nova realidade política, em boa medida, pedia uma nova forma de cobertura jornalística. Neste sentido, além da forte opinião, a Folha buscava incorporar bons profissionais e cuidava com atenção da cobertura de política, que ia tomando uma dinâmica própria à medida em que a sociedade civil ia tateando seus primeiros movimentos. Raymundo Faoro, presidente da OAB, iniciava seus primeiros movimentos, alguns até tímidos, mas sempre bastante firmes. Neste movimento, a Folha crescia e encorpava como um jornal capaz de expressar – ao menos naquele momento – as demandas da sociedade. Este momento da transição brasileira é contemporânea da Revolução dos Cravos, em Portugal, em 1974 e da transição espanhola em 1976.

“Foi bonita a festa”, como disse o poeta, mas a revolução portuguesa foi uma ação eminentemente militar e decorria dos problemas decorrentes das dificuldades nas guerras coloniais.

Um quase “intelectual coletivo”

O caso da libertação espanhola também foi diferente, mas os jornais tiveram uma função decisiva. Jornais de tradição franquista se modernizavam, novas publicações eram criadas como a revista *Câmbio 16* e o jornal *El País*, em 1976. No auge da transição espanhola, de 1976 a 1978, com o pacto de Moncloa, *El País*, em boa medida, assumiu o papel de condutor do processo. Seu primeiro diretor, Juan Luiz Cebrian usava uma expressão gramsciana para definir o papel do jornal: “o intelectual coletivo da transição”. Num estudo que fiz em 1989, mostro claramente como o jornal tornou-se o mais importante jornal da Espanha. (Cebrian, 1987, pgs. 99 a 109). Uma tentativa de reviravolta política orquestrada por um grupo de militares conservadores que tomou o Congresso e pretendia um retorno ao franquismo encontrou no *El País* o mais firme e seguro defensor da democracia e combatente dos golpistas.

“Amparado por um estrutura sólida e moderna, coisa diversa de seus competidores o jornal contava ainda com uma apresentação gráfica mais limpa, um formato menor e uma linguagem adequada a um diário laico, europeu, claramente inspirado no *Le Monde*. “Enquanto *El País* empregava um estilo direto, rompia tabus, punha em quarentena todos os valores estabelecidos, aplicava a dúvida metódica em cada circunstância.” Por outro lado, diferenciava informação de opinião e as notícias se apresentavam muito documentadas, com todo o luxo das análises”. Outra novidade de *El País* foi a figura do Ombudsman” (Gentili, 1989, PGS. 73 e 74)

A Folha de São Paulo não pretendia tanto. Mas, de certo modo, e por algum período, poderia insinuar-se como o “intelectual coletivo” da transição brasileira. Mas, como é consenso entre vários



intelectuais brasileiros, as reformas no Brasil são sempre operadas “pelo alto”. Em certa medida, a Folha de São Paulo dos primeiros Mil Dias poderia abrir espaço para expressar as vozes da sociedade civil que iniciavam suas manifestações.

Um elemento fundamental: naquele período, uma boa parcela dos *trouble-makers* da imprensa brasileira já estava afastada do comando de redações importantes (Abramo, 1988, pg.. 89). Jânio de Freitas no ostracismo – de onde só retornaria em 1987 para ser colunista, sem qualquer posição de mando e Mino Carta, já fora de Veja. Restavam Claudio Abramo no comando da Folha e Alberto Dines, também na Folha, dirigindo a sucursal do Rio de Janeiro, escrevendo a coluna diária da página 2 e o Jornal dos Jornais dos domingos.

Enquanto os jornais viviam estas dificuldades, o ministro do Exército, general Sylvio Frota, cultivava uma forte bancada de parlamentares no Congresso e aparecia claramente como um candidato à sucessão do general Geisel. Frota era visto como um general ligado à chamada “linha dura”, aquele grupo de militares permissivo com as atividades ilegais daquilo que Elio Gaspari chama de “tigrada”; o grupo do porão, que vivia da tortura e dos “desaparecimentos”.

São vários os estudos que mostram os conflitos entre os distensionistas Geisel e Golbery e os “duros”, desde o início do governo Geisel. Para além desta disputa, a surpreendente votação do MDB, em especial de seus candidatos a senador, trouxe um novo quadro na realidade política. Mas vieram os casos dos “desaparecidos”, o desmantelamento de boa parte da direção do Partido Comunista, com a morte e o desaparecimento de seus dirigentes, as prisões em massa no decorrer de 1975 e a prisão de jornalistas, em setembro e outubro de 1975. Os estudiosos avaliam que havia naquele momento perto de 500 pessoas presas ilegalmente pelo regime.

A morte de Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, sob torturas, em dependências do II Exército, com uma versão inverossímil de suicídio, faz o general Geisel ir a São Paulo. E o culto ecumênico, na catedral da Sé, pode ser vista como a primeira manifestação efetiva da sociedade civil em repúdio ao regime.¹⁰ Pouco depois, em janeiro de 1976, outra morte por suicídio ocorre nas dependências do II Exército. Desta vez do operário metalúrgico Manuel Fiel Filho.

Em ação rápida e certa, o presidente Geisel demite o general Ednardo D’Ávila Melo, comandante do II Exército. A ação é bem sucedida, mas os “duros” continuam articulados e se

¹⁰ Como já registrado, em 1973, a catedral da Sé foi aberta para a missa de sétimo dia de Alexandre Vannuchi Leme, estudante da USP e acusado de pertencer à ALN. Este ato se deu ainda no governo Médici, antes mesmo da “abertura lenta segura e gradual” promovida por Geisel. Possivelmente foi o que motivou o cardeal Arns a propor ato assemelhado.



movimentando em favor do ministro do Exército, general Sylvio Frota para sucessor do general Geisel.

O conflito entre os distensionistas e os duros ia se tornando a cada dia mais intenso. O ministro do Exército Sylvio Frota articulava abertamente sua candidatura à sucessão. Contava com gente no governo que fornecia informações à imprensa, no Congresso, dizia-se, já tinha mais de noventa parlamentares. Operava sem constrangimentos, embora não tivesse o apoio oficial de Geisel. Mas Costa e Silva não atropelara Castello? Geisel fora ungido por Médici mas em circunstâncias especiais – seu irmão Orlando Geisel tinha forte influência.

A crise encerra os primeiros Mil Dias

Em 1977, o chefe do SNI, João Figueiredo entrega ao ministro da Justiça, Armando Falcão, um relatório que dizia que a Folha de São Paulo tinha “o esquema de infiltração mais bem montado da chamada grande imprensa” Os nomes apontados: Alberto Dines, Claudio Abramo, Dalmo de Abreu Dallari, Luiz Alberto Bahia, Mauro Santayana, Ruy Lopes e Samuel Wainer. Com estes jornalistas, segundo o relatório, a Folha assumira a vanguarda entre os veículos de imprensa empenhados em “isolar o governo da opinião pública”. (Paschoal, 2008, pg. 160)

No zoológico de Brasília, um garoto cai num poço de ariranhas. Um bombeiro pula para salvar a vida do menino e termina morrendo. Com esta história, o cronista Lourenço Diaféria escreve uma crônica onde o bombeiro é considerado herói e faz ironia com uma estátua que fica perto da Barão de Limeira, sede da Folha de São Paulo, uma estátua do duque de Caxias montado em seu cavalo com a espada apontada para o alto. Diaféria escreveu “O povo está cansado de estátuas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal”. A crônica serviu de pretexto para produzir entre os frotistas uma enorme irritação. Diaféria é preso no dia 15 de setembro de 1977. Numa reunião, apenas Claudio Abramo vota contra a sugestão de Carlos Caldeira de publicar a coluna em branco enquanto o cronista estiver preso e informar da prisão. Mas a publicação é feita.

Um telefonema do chefe da Casa Militar Hugo Abreu a Octávio Frias Filho informou: “se a coluna sair em branco amanhã o seu jornal será fechado. E o senhor enquadrado na Lei de Segurança Nacional”. Sabia-se que o jornal poderia até mesmo ser fechado. Não era uma crise qualquer.

Frias decide não mais publicar a coluna em branco, suspender os editoriais do jornal, afastar Claudio Abramo da direção de redação, e interromper (seria em definitivo) a coluna Jornal dos



Jornais de Alberto Dines e a coluna do Rio de Janeiro. O jornal termina por chamar Boris Casoy para o comando da redação. Os primeiros Mil Dias tinham se encerrado.

Na avaliação de Claudio Abramo,

“Nesse episódio houve uma mistura de vários componentes. Um deles era a necessidade que o jornal tinha de abrir caminho para o pessoal novo que vinha chegando... ..e que é normal. Só achei ruim o Frias não ter discutido a questão comigo, pois eu teria compreendido perfeitamente. Outro foi o fato de que eu tinha de novo ficado muito importante. O general Silvio Frota... ..estava preparando o golpe. Se ele vencesse, eu seria fuzilado e Frias preso e, se Frota tentasse o golpe e perdesse, o herói seria eu. De modo que a situação não interessava a Frias de um modo ou de outro” (Abramo, 1988 pg. 89).

Abramo continua:

“Pode-se dizer também que, no projeto de abertura, houve um acordo tácito entre os militares e os donos de jornais. Creio que eles não chegaram a falar no assunto, mas deve ter havido um entendimento implícito de tirar os chefes de redação que eram trouble-makers. Subitamente, num prazo de dois ou três anos fomos todos eliminados.” (Abramo, 1988 pg. 89)

25 dias depois

Pois no dia 12 de outubro de 1977, o general Geisel demite o ministro do Exército Sylvio Frota.. Mas nenhuma das mudanças fortes que a Folha fizera dias antes tem retorno. Elio Gaspari que produz uma detalhada descrição desses dias entende que o dia 12 de outubro foi o dia em que a ditadura teria acabado (Gaspari, 2004, pgs.475-481). Mário Sérgio Conti relata um trecho de uma conversa entre o general Golbery do Couto e Silva, articular da queda do ministro e homem forte do governo Geisel, com o jornalista Mino Carta:

“Mas se foi o Frota quem pressionou (pela demissão de Claudio Abramo), por que não chamam Claudio Abramo de volta à direção de redação?”, perguntou o general Golbery (do Couto e Silva) a Mino Carta. Não era temperamento de Frias mudar o que fizera. “Quem olha para trás vira estátua de sal”, era uma de suas frases prediletas. (Conti, 19999, pg. 353)

A imprensa brasileira eliminou os últimos *trouble-makers* para nunca mais tê-los de volta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Cláudio - **A Regra do Jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**, São Paulo: Companhia das Letras, 1988, 269pgs.



- ABREU, Alzira Alves de (org.) **A democratização no Brasil: atores e contextos**, Rio de Janeiro: Faperj e FGV, 2006, 203pgs.
- ABREU, Alzira Alves, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, DORA, Dora - **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 397pgs.
- BARBOSA, Marialva - **História Cultural da Imprensa - Brasil 1900 - 2000**, Rio de Janeiro: Mauad, 2007, 262pgs.
- CARTA, Mino - **O castelo de âmbar**, Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000, 400pgs.
- CEBRIAN, Juan Luiz - **El tamaño del elefante**, Madrid: Alianza Editorial, 1997. 130pgs.
- CONTI, Mario Sérgio - **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 719pgs.
- COSTA, Caio Túlio - **O relógio de Pascal: a experiência do primeiro ombudsman da imprensa brasileira**, São Paulo: Siciliano, 1991, 263pgs
- DINES, Alberto - **O papel do jornal: uma releitura**, São Paulo:, Summus Editorial, 1986, 158pgs.
- FOLHA DE S. PAULO - **Manual Geral de Redação**, São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A. 1984 89 pgs.
- GASPARI, Elio – **O sacerdote e o feiticeiro: A Ditadura Encurralada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 525 pgs.
- GOULART RIBEIRO, Ana Claudia - **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**, Rio de Janeiro: e-papers, 2007, 362pgs
- GRAMSCI, Antonio - **Os intelectuais e a organização da cultura**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 244pgs.
- KUCINSKI, Bernardo - **Jornalistas e Revolucionários nos tempos da Imprensa alternativa**, 1ª edição, São Paulo: Editora Página Aberta(Scritta Editorial) , 1991, 399 pgs.
- MAYRINK, José Maria, **Mordaza no Estadão**, São Paulo: O Estado de São Paulo, 2008
- MELO, José Marques de (org.) - **Comunicação Comparada: Brasil -Espanha**, São Paulo, Edições Loyola, 1990, 171pgs.
- MOLINA, Matias M. - **Os melhores jornais do mundo: uma visão da imprensa internacional**, São Paulo, Editora Globo, 2007, 677pgs.
- MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena - **História da Folha de São Paulo**, São Paulo, Imprensa, 1980
- NABANTINO RAMOS, José: **Jornalismo – Dicionário Enciclopédico**, São Paulo,. Ibrasa, 1970, 372 pgs.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da - **Mil Dias: os bastidores da revolução em um grande jornal**, São Paulo: Trajetória Cultural, 1988, 218pgs.